

Sem lenço nem aceno de adeus

[Formação de massas em tempo de barbárie: como a esquerda social pode enfrentar esta questão?]

Marildo Menegat¹

I - Algumas características do capitalismo atual

Introdução

O capitalismo entrou numa nova fase desde meados dos anos 1970. Neste período acelerou a afirmação de seu domínio sobre todas as esferas da vida humana e a todas as partes do planeta. Impulsionada por grandes transformações produtivas, esta nova fase representa a sua maturidade – e o auge – enquanto sistema. No mundo não existe outro modo de produção significativo. Estamos todos (de Xapuri a Nova York, de Bangladesh a Paris) unificados numa sociedade produtora de mercadorias. O arcaico, entendido como pré-capitalismo ou o insuficiente desenvolvimento da produção capitalista, está superado. O arcaico que vemos agora espalhado pelo mundo, desde os países periféricos até as periferias dos países centrais, é a própria configuração deste modo de produção. O seu progresso não passa de formas ideológicas de um impressionante retrocesso.

O domínio absoluto do capital, isto é, a transformação de tudo em mercadorias, se realiza, na relação dos seres humanos com a natureza, na forma de uma manipulação total desta². A própria natureza se torna um sistema fabricado pela sociedade por meio de grandes complexos financeiro-agro-industriais. Esta mercantilização da natureza não apenas retira os meios de subsistência das antigas massas de camponeses, realizando uma expropriação em escala planetária, como põe em alarmante risco a preservação do planeta. A vitória do trabalho morto (capital acumulado) sobre o trabalho vivo é essencialmente um domínio da morte sobre a vida, e este é um dos sentidos mais elementares da fase tardia do capitalismo.

Esta situação representa também a aceleração e o incremento da urbanização da humanidade. Europa, América e boa parte da Ásia estão se tornando ou já são continentes eminentemente urbanos. Estas novas levas de massas expropriadas para as mega-cidades já superpovoadas³ produzem um quadro explosivo de miséria, violência e catástrofes, sejam elas produzidas por epidemias ou por desastres urbano-ambientais. Não há saídas em curso dentro dos marcos da sociedade burguesa. Esta é uma situação que faz parte do arcaico recriado pelo capitalismo na era do seu triunfo. A ideologia liberal do individualismo abstrato, que diz ser possível por meio do esforço individual alguém se subtrair a estas condições e prosperar, não encontra mais evidências empíricas. A mobilidade social está

¹ Professor Adjunto da ESS-UFRJ.

² Cf. JAMESON, F.: “O pós-moderno é o que se tem quando o processo de modernização está completo e a natureza se foi para sempre. É um mundo mais completamente humano do que o anterior, mas é um mundo no qual a ‘cultura’ se tornou uma verdadeira ‘segunda natureza’”. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 2002, p. 13.

³ Cf. MENEGAT, Elizete. *Limites do Ocidente: um roteiro para o estudo da crise de formas e conteúdos urbanos*. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – IPUR da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003, p.23. Sobre a impressionante semelhança das ocupações das periferias nas diferentes cidades brasileiras ver imagens das pp. 27, 30-1-2 e 39.

esgotada e, deste quadro, a perspectiva é de permanente piora, ora lenta, ora acelerada, sendo as classes subalternas a própria matéria sobre a qual a estrutura da sociedade burguesa desmorona. Sacudir de seus ombros este jugo é uma das tarefas da revolução, que precisa urgentemente começar a ser organizada.

O capitalismo maduro é também o início da sua crise de expansão. As fronteiras internas, postas pelas renovações tecnológicas e as inovações de produtos, e a externa, posta pela expansão para novos mercados, estão no seu limite máximo. Tal limite indica uma crise estrutural⁴ que tende a se combinar com processos cada vez mais intensos de crises conjunturais – como a dos tigres asiáticos e a russa em 1996-7, a mexicana em 1998, a Argentina em 2001, a bolsa de valores de Nova York em abril de 2001, quando o índice Nasdaq despencou, queimando da noite para o dia bilhões de dólares em riqueza especulativa e etc. Um momento dramático em curso e sem solução à vista é o déficit comercial e o endividamento externo norte-americano que, por certo, não podem ser prorrogados indefinidamente. A amplitude desta crise pode ser medida pelo fato de que, sem estes artifícios da economia dos EUA, o exuberante crescimento da China e o lento crescimento da economia mundial dos últimos anos teriam sido pouco viáveis.

Os limites da acumulação de capital

O grande elemento impulsionador deste processo de mudanças do capitalismo foi a chamada terceira revolução tecno-científica, que começou a dar os seus primeiros passos no pós-Segunda Guerra (1945), mas apenas estava madura para se generalizar nas décadas de 1970-80. Ela é a decorrência de uma lei básica desta sociedade que precisa, devido à intensa concorrência dos produtores privados, revolucionar permanentemente as forças produtivas, realizando com isso profundas mudanças no processo de produção, com fortes reflexos sobre o mundo do trabalho. As transformações em andamento têm na micro-eletrônica o seu ponto alto. Esta nova tecnologia permite desdobrar uma série de procedimentos mecânicos da produção, que antes dependiam da mão humana, entregando-os a robôs ou máquinas automáticas. Além disso, esta revolução tecnológica generalizou o uso de matérias-primas sintéticas, como a nafta, com o que se produz o plástico, pneus e tantos outros produtos dela derivados e, por fim, agregou a energia nuclear à produção comercial, permitindo a países de escassos recursos hídricos e minerais a produção de energia suficiente para sustentar a expansão que ela potencializava.

A organização produtiva fordista, base do processo produtivo do período anterior, foi suplantada por estas novas tecnologias e suas formas organizacionais derivadas. A produção se torna flexível⁵, com ciclos rápidos de maturação e obsolescência, tanto dos produtos, como dos meios de produção e das linhas produtivas, podendo todos ser substituídos com relativa rapidez. A modificação do modelo fordista da unidade de

⁴ Sobre o tema da crise estrutural do capitalismo ver, entre tantos outros autores: KURZ, R. *Os últimos combates*. Petrópolis: Vozes, 1998. Do mesmo autor: *Com todo vapor ao colapso*. Juiz de Fora: Pazulin-EdUFJF, 2004; MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Nova Cultural, 1985. Do mesmo autor: *A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista*. Campinas: EdUnicamp-Ensaio, 1990; MÉSZÁROS, I. *Para além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2002. Do mesmo autor: *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004. Sobre a teoria das crises em Marx ver GRESPLAN, J.L. *O negativo do capital*. São Paulo: Hucitec-Fapesp, 1999.

⁵ Sobre o conceito de produção flexível ver HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993, pp. 137 e 140.

produção implicou também um rearranjo sócio-político que girou em torno do desmonte do Estado de bem-estar social ainda hoje em curso. Estas mudanças liberam energias que não podem ser absorvidas pelo capitalismo, a não ser destrutivamente.

Em termos da estrutura do capital, há um deslocamento importante na sua composição orgânica, com um aumento significativo do capital constante e, em decorrência, uma redução bastante expressiva do capital variável, ou seja, da força de trabalho. Esta nova composição bate forte na razão de existência do capital, que é a sua permanente acumulação. Para a realização deste fim é determinante incorporar quantidades crescentes de trabalho humano, de onde se extrai o mais valor que movimenta a lógica do todo. Contudo, na medida que este mesmo trabalho é substituído por complexos sistemas de produção automatizados, a criação de riqueza perde as suas antigas bases materiais, gerando ao mesmo tempo uma imensa crise social - que é constatável pelo desemprego estrutural - e um limite lógico para a continuidade da acumulação - que se deve à perda da sua substância viva: o trabalho.

Processos desta ordem não são uma novidade na história do capitalismo. Sempre que houve inovações do processo de produção, que poupam grandes quantidades de força de trabalho, o sistema conseguiu também criar novos produtos, que compensavam esta perda de postos de trabalho - devido às novas técnicas -, pela re-incorporação desta massa de trabalhadores na expansão do mercado capitaneada por novas fábricas que produziriam os novos produtos⁶. A Segunda Revolução Industrial, por exemplo, que ocorreu no último quarto do século XIX, foi marcada por grandes renovações tecnológicas, como a invenção da eletricidade e o domínio de combustíveis fósseis - o petróleo -, que dinamizaram o processo produtivo, substituindo a máquina a vapor pelos motores a eletricidade e a óleo combustível, muito mais rápidos e compactos que a velha máquina a carvão. Permitiram num segundo momento, ao modificar a organização do processo de produção e economizar tempo de trabalho⁷, dispensando grandes massas de trabalhadores, criar novos produtos, como o automóvel e os eletrodomésticos, que foram responsáveis pela longa expansão do capitalismo no século XX, assim como pelo arranjo social do Estado de bem-estar que, enquanto durou, garantiu o pleno emprego. A inovação de produtos da terceira revolução técnico-científica (telefones celulares, computadores, produtos eletrônicos etc.) já se realizou e parece ter sido incapaz de impulsionar uma longa onda expansiva do capitalismo.

A atual configuração do capitalismo torna impossível - e indesejável - qualquer volta ao passado dos 30 anos gloriosos da expansão pós-Segunda Guerra. A formação de imponentes corporações multinacionais, que suprimem as fronteiras do Estado Nação conforme seus interesses particulares, enfraquece os instrumentos estatais de controle e regulação, tornando a esfera pública um espaço impotente, cuja própria forma é incapaz, não apenas pela falta de vontade política, mas, principalmente, pela completa ausência de força e formas organizativas que possam confrontar estas corporações e seus poderes supranacionais. O velho Estado burguês parlamentar é uma forma inapropriada para enquadrar as novas configurações do capital, que dele se usam, comprando-o e chantageando-o conforme suas necessidades. A imposição de reduções e isenções fiscais, assim como a plena liberdade de movimento de capitais e mercadorias, são apenas um

⁶ MARX, K. *O Capital*. Livro I, v. 2. São Paulo: Nova Cultural, 1985, pp. 198 e ss.

⁷ O taylorismo e o fordismo como formas de organização do processo de produção são decorrentes destas transformações.

capítulo desta situação em que o Estado vai-se tornando redundante neste novo arranjo social, não obstante ser impossível a existência de mercado sem o Estado, e vice-versa. Sem os recursos dos impostos para financiar a reprodução social e sem força para confrontar as corporações, ele vai sendo reduzido em suas funções justamente no momento em que surgem novas demandas e necessidades de efetivação da vida social. (A polêmica que se coloca, então, entre reorganizar as velhas funções estatais, como parte deste novo combate, ou retirar do Estado os recursos materiais para este mesmo combate, apontando na direção de uma outra esfera pública, que seria uma modalidade de poder popular, tem aqui o seu terreno de elaboração).

Os limites da expansão para novos mercados

O limite lógico do capital, imposto pela tendência de supressão do trabalho vivo, se articula e complementa com o domínio planetário do sistema. A expansão e domínio de novos mercados coloniais e semicoloniais, das outrora chamadas sociedades “atrasadas” ou em desenvolvimento, estão encerrados. Isto não quer dizer, é certo, que não exista uma relação assimétrica e de dominação violenta entre centro e periferia. Apenas indica que os fabulosos ganhos econômicos que eram realizados com o desenvolvimento desigual e combinado⁸, isto é, com a exploração de regiões atrasadas, pré-capitalistas, não fazem mais parte da dinâmica da concorrência mundial. Não é por existirem relações sociais pré-capitalistas que estes ganhos se realizam, mas pela própria dinâmica competitiva do mercado. Tal dinâmica é regulada pelas relações de produção capitalista. Assim, a discussão, antigamente tão comum na esquerda brasileira, sobre um determinado setor da burguesia ser avançado ou atrasado politicamente, por sua posição e interesse na formação do “mercado nacional”, e, por conseguinte, um aliado na luta anti-imperialista, não faz mais sentido, no máximo a burguesia brasileira é periférica e dependente. Há muito tempo se encerrou o ciclo das revoluções burguesas, e estão todos os países abertos à mesma lógica de um mercado mundial que sempre beneficiará os que têm melhores condições tecnológicas e produtivas de competição.

Assim, os países retardatários na corrida mundial podem produzir produtos primários com alta tecnologia importada e produtos industriais pesados (celulose, aço etc.), com capital e tecnologia importada, mas são incapazes de concorrer na produção desta tecnologia, que é o que hoje determina os ganhos na acumulação de capital. A tecnologia não é apenas determinada por um conhecimento teórico científico, mas é um ramo da produção que depende das condições de formulação e transformação deste conhecimento em meios de produção e produtos, o que exige meios de produção complexos e uma densa rede de laboratórios e recursos de pesquisa, típicos de uma divisão social e técnica do trabalho que pressupõe, e somente se faz, com uma longa história de acumulação de capital. Portanto, do ponto de vista da lógica do capital, que é exatamente a da globalização competitiva, destruir a natureza com monoculturas de *commodities* para a exportação, e a poluição irreversível da indústria pesada, para os mesmos fins, faz parte das vantagens relativas dos países periféricos e retardatários e não podem ser anuladas, sob risco do colapso total destas sociedades.

Esta situação indica também o fim das modernizações progressistas dos países periféricos. Os esforços de desenvolvimento autônomo feitos no contexto de crise e posterior expansão

⁸ Cf. JAMESON, op. cit., pp. 13 e ss.

da economia dos países centrais, na segunda metade do século XX, não encontram mais possibilidades de se repetir na atual conjuntura. A questão nacional não pode ser mobilizada sem um aberto confronto com a lógica do mercado mundial e suas formas produtivas, portanto, contra o capital (e para além), tanto o do centro como o da periferia. Lutas contra o agro-negócio, por exemplo, são lutas tanto contra os monopólios econômicos de corporações multinacionais, como contra suas formas de produção de mercadorias em larga escala com a utilização de tecnologias predatórias. Uma luta dessas, se vitoriosa, inviabiliza a concorrência da produção agrícola nacional no mercado global, pois teria que, na generalização do confronto, negar a forma mercadoria como seu objetivo essencial. Por isso, ela somente ganha consequência se der continuidade a este fato, que em outras palavras significa outro modo de se produzirem as necessidades sociais, que, numa sociedade complexa e mundializada, depende muito da articulação com outros países. O internacionalismo adquire uma materialidade fundamental nesta luta de resistência, indo muito além de um abstrato valor de solidariedade e propaganda com as lutas de outros povos. Ele é o próprio meio de organização da emancipação das massas despossuídas do mundo inteiro. Desse modo, a questão nacional é um momento desta articulação e luta anti-sistema que deve expressar sempre um ponto de vista universal da emancipação humana.

II - O Brasil neste contexto de transformações

No Brasil, esta nova fase do capitalismo coincidiu com o fim da ditadura militar, em meados dos anos 1980. A ditadura havia sido uma contra-revolução preventiva que completou de modo autoritário e antipopular o nosso modelo de substituição de importações, iniciado na grande crise do capitalismo mundial dos anos 1930. Com este modelo econômico, o Brasil passou por uma intensa e tardia industrialização e urbanização, o que correspondeu ao pleno desenvolvimento das relações sociais burguesas num país periférico, com as particularidades que são inerentes a uma formação social realizada nestas condições históricas. O seqüito de perversões e patologias da sociedade brasileira não é, como crê certo pensamento sociológico vulgar, determinado pela falta de capitalismo, ou por desvios de uma classe dominante de cultura católica, demasiado inapta à ética do trabalho, mas a configuração plena deste tipo de sociedade como resultado da história de um país retardatário, recheada de atrocidades cruéis contra as camadas populares, a começar contra os índios e negros na colonização, e se perpetuando contra os seus descendentes e os imigrantes pobres, e que, ao mesmo tempo, por causa e em decorrência dessas atrocidades, nunca passou por mudanças estruturais revolucionárias protagonizadas por estas camadas sociais.

Os anos 1990 se caracterizaram pela resolução dos impasses produzidos pelas transformações do capitalismo nos países centrais e sua penetração na sociedade brasileira, que se convulsionava em meio à crise do esgotamento do modelo econômico de substituição de importações. O desmonte do que se chamou de tradição varguista – que correspondeu na nossa história aos traços tênues de um Estado regulador e de assistência social, construído durante o período da industrialização acelerada, mesmo que incompleto e marcado por vacilações e conciliações típicas da nossa dinâmica político-social –,

combinou-se com a abertura da economia para a livre-concorrência no mercado mundial. O resultado foi a lenta e segura (des)estruturação da sociedade em direção à barbárie⁹.

Nestes anos, setores importantes da indústria brasileira fecharam suas portas por não poderem acompanhar os altos custos da concorrência posta em novo patamar pela reestruturação tecnológica, ou se internacionalizaram, passando às mãos de grandes oligopólios multinacionais – como é o caso do setor de autopeças. A participação da indústria no PIB, nos anos 1990, decresceu, demonstrando o sentido destrutivo do novo arranjo social. Em 1958, a indústria correspondia a 24% do produto interno bruto, em 1986 chegou a 32%, hoje ela oscila em torno de 20%¹⁰. Junto a este fenômeno ocorreu também uma intensa desestatização, com a passagem de 35% do PIB para o poder de grandes corporações transnacionais, assim como a desnacionalização intensa da propriedade industrial e financeira privada. O Brasil aprofundou o seu caráter de país dependente e submisso aos centros econômicos do mundo. Com uma economia oligopolizada e fortemente desnacionalizada, depende como nunca dos interesses das grandes corporações multinacionais.

Foi nesse contexto que se inseriu a modernização tecnológica e as novas formas de organização do processo produtivo na indústria brasileira. Alguns setores, como o automobilístico e o bancário, estiveram na vanguarda deste processo, que rapidamente chegou à agricultura e hoje está praticamente generalizado. Num quadro de crescimento econômico anêmico, este modo de modernização foi gerando um exército industrial de reserva gigantesco, que não é mais conjuntural, mas estrutural¹¹. Ele é o encontro do exército de reserva “natural” de um país periférico, com as conseqüências das novas tecnologias produtivas – nelas incluídas as contra-tendências de novas camadas de superexploração.

Estas massas urbanas que “sobram” dentro das formas de produção burguesas, encontraram-se com os processos mais recentes de desapropriação no campo. A agroindústria é uma expressão desse estreitamento – que tende à completa superação – da divisão social do trabalho entre campo e cidade, e funde nas suas atividades estas duas massas, unindo e ampliando as “sobras”. Na atual configuração do capitalismo, os países periféricos voltam a contar, como vantagem relativa, com seus imensos recursos naturais. É a exploração deles até a exaustão que irá substituir o papel que ocupou a indústria no período anterior. Que este “novo modelo¹²” conviva e “gerencie” o sucateamento de partes extensas das grandes cidades, regiões inteiras do país, ou mesmo de países inteiros, é decorrência das, digamos assim, qualidades destrutivas intrínsecas do capitalismo em sua crise estrutural. Torna-se praticamente inviável, por meio deste modelo e na atual situação histórica, constituir ou mesmo manter o que em outros tempos se chamou de nação. A perda de domínio sobre o território, esta outra face da impotência do Estado, é tão somente

⁹ Sobre o conceito de barbárie ver MENEGAT, M. *Depois do fim do mundo: a crise da modernidade e a barbárie*. Rio de Janeiro: Relume Dumará-Faperj, 2003; e *O olho da barbárie*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

¹⁰ Cf. *Jornal Brasil de Fato*, 22 a 28 de dezembro de 2005, p. 7.

¹¹ O desemprego, antes dos anos FHC [1995-2002], oscilava entre 4 e 5%; durante seus dois mandatos, particularmente a partir de 1997, estes números pularam de 6% para 9 e 10%, de onde nunca mais abaixaram, inclusive durante o governo Lula da Silva.

¹² Poderia ser chamado de “projeto de desenvolvimento nacional”, não fosse um sarcasmo com o sentido que esse conceito teve em outros contextos históricos.

um momento da desconstrução das formações nacionais. Isso tudo faz parte da lógica do que estamos caracterizando como um retorno seguro à barbárie.

III - Notas para se pensar as classes sociais na atual situação histórica

A maturidade do capitalismo implica também a plena efetivação de uma sociedade baseada no individualismo abstrato, a pulverização das ações coletivas, em que cada um é medido pela quantidade de valores de troca que possui ou pode realizar. As relações humanas se reduzem grosseiramente a relações entre coisas. Tal ordem assinala o grau de funcionalidade a que as classes vão-se rebaixando, uma vez que o confronto entre elas se restringe ao que Lênin chamava de luta econômica, e esta se insere sem contradições na dinâmica de concorrência da sociedade burguesa, confinando o patamar das aspirações em luta na esfera do valor do trabalho enquanto mercadoria. A funcionalidade das classes é uma das características da despolitização das contradições sociais, produzida pela seqüência de derrotas da esquerda ao longo do século XX, tanto nos países centrais quanto na periferia e, por conseguinte, do estreitamento do horizonte a que a luta pelo socialismo foi sendo relegada. Longe de demarcar uma contradição entre capital e trabalho, esta funcionalidade nos demonstra que o trabalho em si é uma mercadoria que nem todos podemos vender na atual configuração do capitalismo.

A burguesia globalizada investe pesado neste jogo ideal, no qual o fato de que, ao fim, obrigatoriamente todos perderão não pode ser mencionado. Fecham-se indústrias em países e regiões de escassa industrialização; e diante de qualquer oscilação positiva da economia, as bolsas de valores tremem, pois numa época de capacidade excessiva de produção, isto pode significar crises mais graves e a redução dos ganhos especulativos, os quais, ilusoriamente, parecem seguros. Neste sentido, a financeirização da economia não é uma perversão determinada por uma vontade política, mas decorrente da própria objetividade do todo. Ela é a forma de organização das grandes corporações em tempos de concorrência globalizada, quando os lucros ficam difíceis de se realizarem e os Estados, endividados e enfraquecidos, aparecem como ótimas presas a serem saqueadas. Esta condição determina o comportamento da burguesia: o seu descompromisso autoritário com as necessidades coletivas das sociedades nacionais de onde se originaram; o privilégio dado ao interesse financeiro, levando-a a sustentar estupidamente as conseqüências anti-sociais destas suas ações; a sua frieza social amesquinhadora que a torna abertamente cruel¹³, realizando como algo natural e inevitável a contenção da pobreza por meio da criminalização dos pobres, cujo resultado é o genocídio das “massas sobrantes”¹⁴ neste novo arranjo social; além do discurso ideológico medíocre, porém agressivo e insistente, com que sufoca toda forma de

¹³ Cf. ARANTES, P.: “Algo que na experiência brasileira nos fazia pensar foi definhando, estancou a imaginação e abriu as comportas da idiotia bem pensante. É só reparar nas falas familiares com que os de cima se irresponsabilizam socialmente no vocabulário da moda, como se pode ver [...] num filme [...] como “Cronicamente inviável”, de Sérgio Bianchi. Formou-se o bloco histórico da crueldade social”. Entrevista ao *Jornal Folha de São Paulo*, 18 de julho de 2004, p. A 12.

¹⁴ Entre 1979 e 2003 teriam morrido no Brasil, por armas de fogo, 550 mil pessoas. Em torno de 37% estariam na faixa de 15 a 24 anos, segundo o relatório da Unesco “Mortes matadas com armas de fogo no Brasil - 1979-2003”; cf. *Jornal O Globo*, 28 de julho de 2005, p. 13. Em 2006, a Organização dos Estados Ibero-Americanos divulgou no seu relatório, “O mapa da violência 2006 - os jovens do Brasil”, que o Brasil ficou em terceiro lugar num ranking mundial da violência comparando 84 países; cf. *Jornal O Globo*, 17 de novembro de 2006, p. 3. Este mesmo relatório indica que o número de homicídios de jovens negros é o dobro do homicídio de brancos.

oposição e pensamento crítico. Ela é a exata personificação das necessidades do capital, o funcionário mais empenhado na manutenção do que Marx chamava de sujeito automático da acumulação.

A classe média, por sua vez, continua o seu processo de proletarização e achatamento, estando em vias de desaparecer e se fundir, na sua imensa maioria, com os de baixo. Dada esta situação de perda do *status quo*, ela tem-se tornado mais conservadora do que naturalmente é, numa mistura de ressentimento para com os de cima, por estar excluída dos grandes ganhos financeiros, e desafogo das mágoas sobre os de baixo, em que exige e se regozija com a brutal repressão policial que as massas excluídas sofrem cotidianamente. É um retrato constrangedor da defesa raivosa de vantagens historicamente barganhadas – como o “mérito”, que esconde a desigual distribuição dos bens culturais e materiais –, para se diferenciar e afastar de qualquer compromisso político ou de solidariedade com as classes subalternas.

O velho proletariado

O proletariado, porém, é o caso mais surpreendente visto à luz destas transformações. Seu peso social e força política diminuíram consideravelmente, aprofundando com isso a sua tendência à integração na sociedade burguesa. Diretamente atingido pelas conseqüências da reestruturação produtiva – desemprego estrutural; fragmentação das linhas de produção, que dificulta o controle operário sobre o processo produtivo; e o aprofundamento patológico da alienação do trabalho – teve sua capacidade de resistência desmontada. Durante décadas havia feito do sindicato e da representação político-parlamentar espaços e modelos para ganhos econômicos das categorias mais organizadas, com reflexos também de aumento de bem-estar para as camadas populares menos organizadas. Como ocorreu o esvaziamento da luta sindical – que foi substituída pela auto-representação dos indivíduos abstratos e concorrentes entre si no mercado – em consonância com a crise e desmonte do modelo de Estado regulador e de assistência social, o proletariado se vê na curiosa posição de defender suas conquistas restritas, em geral, em uníssono com os interesses de seus patrões. Esta situação apenas poderia ser rompida por uma análise do conjunto das transformações em curso e pela retomada de objetivos estratégicos de confronto com a ordem sócio-econômica.

Diversos elementos passaram a dificultar a luta econômica e seu potencial transcrescimento em tornar-se luta política e contribuíram para criar esta situação. O primeiro deles é o desemprego estrutural. O exército industrial de reserva é de tal grandeza que permite às empresas e sindicatos patronais destroçarem as iniciativas grevistas de categorias isoladas, impondo-lhes derrotas desmoralizantes. Este elemento é aprofundado e agravado pela polivalência da formação técnica do trabalhador, um dos requisitos criados pelas novas tecnologias, que facilita o deslocamento de trabalhadores de um ramo de produção para outro, aumentando a concorrência da força de trabalho, ou seja, a concorrência no interior da própria classe.

Um segundo elemento que teve um impacto imenso sobre as lutas dos trabalhadores foi a flexibilização da produção. Com a fragmentação e pulverização das linhas de produção em diversos territórios, como que tirando o chão firme da fábrica, tornou-se o controle operário sobre o processo produtivo mais complexo e difícil. A flexibilização exige um grau de organização que em muitos casos significa se articular organicamente com as classes

trabalhadoras de outros países. Este elemento está diretamente ligado a um terceiro, que é a brutal alienação do trabalho, decorrente do aprofundamento da divisão técnica para níveis que tornam praticamente impossível qualquer compreensão do que de fato se faz em determinada função. É o reino dos especialistas que choram copiosamente quando alguma ação coletiva embarga ou destrói o seu trabalho de montar bombas. Há muito tempo, para tais trabalhadores, bombas, assim como os transgênicos, as clonagens e etc. se tornaram naturais e necessárias para a (in)felicidade humana, da qual compartilham com grande entusiasmo.

É difícil saber se esta situação da classe trabalhadora clássica, que ainda possui vínculos formais com os empregadores, é uma situação conjuntural, determinada por uma transição entre um período de ganhos materiais consistentes dentro da ordem burguesa, para um período imediatamente posterior de derrotas e apertos, em que a reação ainda não pôde ser esboçada, mas que talvez venha a ocorrer¹⁵; ou se esta é uma situação estrutural, determinada mais exatamente pela incorporação desta classe ao sistema, depois de ter sido devidamente domesticada e aburguesada, por anos a fio de adesão a hábitos de consumo sem os quais não consegue imaginar a sua existência; isto combinado a uma visão da política e do Estado em que a idéia de outra forma de vida social, isto é, o socialismo, perdeu para ela qualquer substância e interesse.

Para além de uma polêmica centrada em afetos e expectativas, poderíamos pensar, aprofundando esta questão, a partir da formação do trabalhador coletivo¹⁶, que sempre serviu de base para se pensar a organização das ações coletivas contra esta ordem social. Este conceito tem na cooperação do trabalho na grande indústria o seu eixo definidor. A cooperação determinaria não apenas um sentimento de solidariedade requerido para o trabalho coletivo, mas também daria disciplina e coesão para este sujeito empreender ações para além do chão da fábrica. Em outros termos, a grande indústria preparava a infraestrutura da organização, cabendo ao partido, como insistiu Lênin, transformar esta organização em consciência de classe, em disposição para a luta política.

Contudo, a terceira revolução tecno-científica modifica muito este esquema de organização da produção, ao alterar o lugar da força de trabalho no processo produtivo¹⁷. O trabalhador coletivo da grande indústria, que acompanhou a Primeira e a Segunda Revolução Industrial, se formava e tinha a sua força a partir da necessidade do uso ainda relativamente direto da força de trabalho na produção. O trabalho humano em grande quantidade, no sentido de força física gasta no processo, assim como de intelecto empenhado nas tarefas, continuava muito importante. Sem ele, o maquinário da indústria não passava de peças desconjuntadas

¹⁵ Como pensa MÉSZÁROS, em *O poder da Ideologia*, pp. 33-4.

¹⁶ Cf. MARX, K. *O Capital*. Livro I – vol. 1 e 2. Seção IV.

¹⁷ MARX, K. *Elementos fundamentais para la crítica de la economía política [borrador]*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1973, vol. 1 e 2, sugere as bases lógicas deste desenvolvimento a partir da lei do valor, cf. vol. 2, pp. 230 e ss., e pp. 236 e ss. Etc. [As referências a esta obra a partir de agora serão feitas pelo título em alemão: *Grundrisse* (borrador)]. Para o debate acerca desta outra forma do processo de produção ver FAUSTO, R. A “pós-grande indústria” nos *Grundrisse* (e para além deles); in: Revista Lua Nova, nº 19 - novembro. São Paulo: CEDEC, 1989, pp. 47 a 67. Sobre a diferença do tratamento deste tema entre os *Grundrisse* e *O Capital* ele diz: “[...] em *O Capital* [há] uma postura menos otimista no que se refere ao destino que teria o processo de trabalho na sociedade comunista. [...]. Os *Grundrisse* prospectam as modificações por que deve passar o sistema em seu desenvolvimento, modificações que introduzem, sem dúvida, uma ruptura qualitativa”, p. 48.

de um quebra-cabeça. Quem ligava um ponto ao outro era uma massa de trabalhadores organizada para isso¹⁸. Com a micro-eletrônica etc. a força de trabalho começou a ser deslocada para a margem do processo produtivo. O trabalhador da revolução tecnocientífica, o operário de jaleco branco - que substituiu o operário de macacão azul - é muito mais um supervisor do processo automatizado do que uma força de trabalho direta. Marx, nos *Grundrisse*, “prospectou” esta situação da seguinte forma:

“O trabalhador já não introduz o objeto natural modificado, como elo intermediário, entre a coisa e si mesmo, senão que intercala o processo natural, que transforma em processo industrial, como meio entre si mesmo e a natureza inorgânica, a qual domina. [O trabalhador] Se apresenta ao lado do processo de produção, ao invés de ser o seu agente principal. Nesta transformação, o que aparece como o pilar fundamental da produção e da riqueza não é nem o trabalho imediato, executado pelo homem, nem o tempo que este trabalha, mas a apropriação de sua própria força produtiva geral, sua compreensão da natureza e seu domínio da mesma, graças a sua existência como corpo social; em uma palavra, o desenvolvimento do indivíduo social.¹⁹

A ligação entre os diferentes momentos da produção já está dada pela própria capacidade ampliada das máquinas automatizadas (robôs). O quebra-cabeça não depende mais tanto de massas de operários para ser montado. Alguns poucos dedos impulsionam os botões que põem em movimento a produção, que se realiza sob a atenção do operador de máquinas, cuja complexidade de tarefas faz as máquinas a vapor parecerem meios de produção pré-históricos²⁰.

Desse modo, um sujeito político formado a partir do trabalhador coletivo passa a ter muitas dificuldades para se efetivar desde o chão da fábrica. A existência de uma gigantesca massa de desempregados permanentes, assim como a dispersão e diversificação das formas de trabalho, agravadas pelo acréscimo de novos modos de superexploração - que representam uma contra-tendência à queda da taxa de lucro; contra-tendências que vão desde as formas precarizadas de contrato até a reincorporação do trabalho escravo e do infantil em larga escala em diversos ramos da produção, mesmo que “ainda” fora da lei -, torna mais complexa e difícil a formação de um sujeito coletivo capaz de enfrentar as atuais características do capitalismo.

A formação da classe trabalhadora no Brasil

O Brasil conheceu, ao longo do século XX, um processo clássico de formação da classe trabalhadora. Este processo combinou a criação de instrumentos de luta econômica, como sindicatos, associações profissionais, etc., com instrumentos de ação política. Até um pouco depois da primeira metade do século, o Partido Comunista Brasileiro hegemonizou este processo, combinando a intervenção política com a elaboração de um programa que

¹⁸ Cf. FAUSTO: “A propósito da grande indústria, Marx observa que a rigor já não se tem nela processo de trabalho [...]”. *Ibidem*.

¹⁹ MARX, K. *Grundrisse*, vol. 2, p. 228.

²⁰ Cf. FAUSTO: “Se a grande indústria aparece como a negação do processo de trabalho, a pós-grande indústria é a segunda negação do processo de trabalho, é na realidade a negação da negação”. *Idem*, p.49.

representasse uma interpretação do Brasil e sua necessária e possível transformação. O desenvolvimentismo cepalino, nos anos 1950, serviu de base para este programa nacional-democrático. O golpe civil-militar de 1964 foi uma dura derrota do PCB, assim como do programa nacional-popular desenvolvimentista.

A fundação do Partido dos Trabalhadores, no início dos anos 1980, continuava este processo procurando retomá-lo a partir de um conjunto de críticas ao PCB e seu programa. Neste momento o PT significou uma ampla e nova possibilidade de construção de um partido revolucionário no Brasil, inclusive porque ele era um produto do amadurecimento da classe operária, que crescera muito com os anos seguidos de expansão econômica do período ditatorial e vivia intensamente o início da crise do modelo econômico de substituição de importações. Contudo, após o apogeu e a sua grande derrota, nas eleições presidenciais de 1989, o PT entrou num processo defensivo de resistência em que a sua base social foi desconstruída. As grandes montadoras do ABC paulista, o setor metalúrgico nacional, os bancários e tantas outras categorias fundamentais na sua fundação passaram por processos agressivos de reestruturação produtiva. O enxugamento de postos de trabalho se deu num contexto de crescimento econômico medíocre. Para a classe trabalhadora foi um período de grandes perdas, que poderiam ter sido muito maiores não fosse o longo processo de acúmulo de forças que realizara na década anterior.

Este quadro de uma nova derrota em 25 anos, agora marcada pelas mudanças regressivas do sistema a nível mundial, e não por um período de expansão, como em 1964, teve fortes reflexos sobre o caráter do PT e a crítica programática que até então formulara em relação ao PCB. As eleições presidenciais e os programas apresentados pelo seu candidato, após 1989, são documentos desta paulatina acomodação a ordem. Na medida em que as possibilidades de transformação revolucionárias do país foram se demonstrando cada vez mais difíceis, não apenas pela violência e complexidade das mudanças estruturais do capitalismo, como também pela decomposição da classe operária que havia protagonizado os feitos memoráveis do final dos anos 1970²¹, o partido se acomodou e procurou um caminho de conciliação muito ao estilo do que se criticava no velho PCB ou mesmo no PTB pré-1964. Uma estrutura sócio-econômica mais regressiva e violenta e um partido socialmente enfraquecido e derrotado eleitoralmente, mas ainda com um grande patrimônio político: este era o quadro das dificuldades do PT para atravessar os anos 1990. Foi com este patrimônio que se estruturou a burocracia do PT; foi este patrimônio que a burocracia do PT destruiu nos acontecimentos recentes – o primeiro governo Lula da Silva -, em que tornou o PT viável eleitoralmente, ou melhor, o transformou numa máquina eleitoral distante da organização social das massas.

²¹ Um testemunho interessante da desconstrução da base social que originou o PT pode ser visto no filme de Eduardo Coutinho, *Peões*, 2003. Ele mostra como a memória dos grandes feitos dos metalúrgicos do ABC - atos memoráveis da história da classe operária brasileira - se perdeu se fragmentou. A memória dos entrevistados não era mais a de um trabalhador coletivo, ela havia se eclipsado na força dramática de vidas individuais. Organizações como o PT e a CUT pouco podem ou fazem para evitar estas perdas - talvez, sintomaticamente, por não mais representarem uma “continuidade” com aquele processo. Os protagonistas destes acontecimentos sucumbiram à violência do processo social que um dia tentaram submeter. O filme mostra também que esta fragmentação está associada ao destino que eles tomaram após as lutas do fim dos anos 1970 e início dos 1980: poucos seguiram no trabalho industrial, uma parte se aposentou, outros, por perseguição política tiveram que mudar de profissão e tantos outros não conseguiram mais o elementar emprego, precarizando-se como milhões de trabalhadores brasileiros.

Cabe ainda um rápido comentário sobre os retrocessos programáticos do PT. O programa regrediu a um desenvolvimentismo que apenas pode ser compreendido como uma peça de museu, uma *rara avis* do idealismo. Em plena época de desenvolvimento predatório e sem empregos, o partido que representa os trabalhadores se converteu ao desenvolvimentismo, numa versão deste que nada mais tem do seu momento heróico de uma construção nacional-popular, como em parte tinha no tempo do PCB. E fez isso para ser uma alternativa confiável de governo quando o Estado entra na sua mais grave crise de legitimidade na história recente do país. Uma seqüência tão cuidada de farsas não merece ser seguida, faz parte do relicário da falsidade de consciência que caracteriza a ideologia em tempos de barbárie. A esquerda política vive o seu ocaso, e ele não é apenas um problema moral. Ela ficou cega justamente quando o capitalismo deixou de ser civilizatório. De certo modo, este é o maior dos paradoxos.

Tudo indica que o que agoniza com o PT é a formação do trabalhador coletivo no Brasil. Este acontecimento abre espaço para uma esquerda social que saiba enxergar longe, apesar da noite densa, e seja capaz de aglutinar diferentes pólos de uma sociedade que “desmorona e se mantém” dispostos a lutar pela sua superação, mesmo que não seja por outra razão além da que eles nada têm a perder a não ser os seus grilhões. Uma esquerda social somente tem sentido histórico se souber interpretar este quadro e arriscar inovar a partir das indicações objetivas das transformações por que o capitalismo passa, em especial a sua crise estrutural, que tem reflexos deletérios sobre a vida social.

Uma dessas indicações objetivas diz respeito às novas composições do mundo do trabalho. A população economicamente ativa (PEA) no Brasil, segundo estimativas oficiais, giraria em torno de 100 milhões de pessoas, descontado nesta conta o “não-trabalho” das “donas de casa” e outras atividades não remuneradas, mas também socialmente importantes, como os milhares de indivíduos que se dedicam a trabalhos sociais voluntários e etc. Deste total da PEA, 38,1 milhões não teriam carteira de trabalho assinada²²; 34,2 milhões estariam com carteira de trabalho assinada²³. Do subtotal de informais, 13,8 milhões seriam vendedores ambulantes e autônomos²⁴ e 5,4 milhões seriam empregadas domésticas²⁵. O número de desempregados estaria em torno de 10 a 12%²⁶. FHC, num dos seus raros momentos recentes de lucidez, admitiu em entrevista de 1996, que “uns 40 milhões” de brasileiros seriam descartáveis na configuração produtiva do novo arranjo social²⁷.

Além desses elementos, há outros quatro aspectos que devem ser levados em consideração para se pensar a composição de um novo tipo de sujeito social em tempos de barbárie. O primeiro deles são as diferenças de dinâmicas regionais que põem experiências distintas deste processo de regressão social. Em certas regiões do país a vida urbana em cidades

²² Cf. Dados de estudo do Instituto de Economia da UFRJ publicados no Jornal *Folha de São Paulo*, 8 de fevereiro de 2004, B4.

²³ Idem.

²⁴ Cf. Dados de pesquisa do IBGE publicados no Jornal *O Globo*, 20 de maio de 2005, p. 21.

²⁵ Cf. Jornal *Folha de São Paulo*, 8 de fevereiro de 2004, B4.

²⁶ Estes dados são da Pesquisa Mensal de Empregos do IBGE, que omite os que já desistiram de procurar um emprego. Se estes que desistiram voltassem a procurar emprego, o índice de desemprego subiria para 20% nas principais regiões metropolitanas do país. Uma das razões que levam as pessoas pararem de procurar empregos é a falta de dinheiro para transporte. Cf. Jornal *O Globo*, 6 de agosto de 2006, p.35,

²⁷ Entrevista ao Jornal *Folha de São Paulo*, 13 de outubro de 1996, “Caderno MAIS!” p. 5.

médias e grandes, que formam conúbios de extensão gigantesca, é determinante, enquanto em outras, de cidades pequenas e médias, a memória e o *modus vivendis* rural ainda está bastante presente, apesar de em vias de ser eclipsado. O segundo aspecto é a questão étnica, ou seja, o histórico extermínio e opressão da população negra, que em todas as regiões do país tem a sua existência reduzida a um subgrupo, cujas condições de vida são sempre inferiores às dos brancos, inclusive às dos brancos pobres²⁸. Esta é, certamente, uma das questões mais explosivas nos grandes centros urbanos brasileiros. O Movimento Negro considera negros todos os afrodescendentes, o que incluiria os pardos, também numerosos nas grandes cidades do sudeste e em todo o nordeste, conformando com isso um grupo étnico significativo. A questão étnica inclui também, no campo em especial, o extermínio da população indígena, cujas terras são griladas e saqueadas com violência atroz há séculos, sob a proteção do Estado que chama a isso tudo de progresso (sic). Este genocídio (negros²⁹ e índios) é uma permanência da estrutura colonial, mas ele foi retomado em nova chave, nos dias de hoje, pelas forças sociais dominantes, e é um dos aspectos mais visíveis do grau de barbárie em que emergimos. O terceiro aspecto é a opressão e superexploração das mulheres, que não obedece apenas a um corte estrutural das relações opressoras entre as classes, mas é transversal ao próprio interior destas. As mulheres pobres têm enfrentado esta situação histórica em condições distintas e com propósitos bem mais generosos que os homens. Em termos de emancipação da humanidade esta não é uma questão secundária e subordinada. Ela carrega uma força inventiva que é essencial em momentos graves como este em que vivemos. O quarto aspecto é a juventude e o discutiremos a seguir.

A guerra civil no Brasil

Como e o que uniria estas massas díspares, com questões distintas, é um desafio teórico e uma equação prática da maior importância para o futuro do país. Enquanto não se forma este sujeito político de novo tipo, essas massas vão vivendo a experiência de uma sociedade que desmorona sobre seus ombros. Propomos aqui, a título provisório, o conceito de formação de massas para se pensar este sujeito de novo tipo. A primeira vista pode parecer uma terminologia um tanto imprecisa, não obstante ser ela uma formulação moderna de um problema posto pela teoria política desde a Antiguidade. O verbo *plere* em latim, que quer dizer encher é o radical do qual se origina o substantivo *plebs*, multidão, massa. Hegel³⁰, em sua Filosofia do Direito [§ 244], fala da uma enigmática “formação de plebe” como uma preocupante tendência de decadência decorrente das crises da sociedade civil burguesa. O filósofo alemão certamente estava pensando tanto nos sintomas de decadência do Império Romano descritos por Gibbon,³¹ em particular na postura da plebe romana que, humilhada pelas derrotas da luta pela reforma agrária, foi se corrompendo na aceitação passiva do “pão e circo”; quanto nas crises cíclicas da indústria inglesa, que já nas primeiras décadas do século XIX se faziam visíveis em suas conseqüências. Hegel sugere todo um conjunto de ações materiais e espirituais do Estado para evitar que este sintoma se transforme em permanência.

²⁸ Sobre a importância e abrangência desta temática ver PAIXÃO, M. *Manifesto anti-racista: idéias em prol de uma utopia chamada Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

²⁹ Cf. nota 11, supra.

³⁰ HEGEL, G.W.F. *Principes de la philosophie du droit*. Paris: Gallimard, 1999, § 244, p. 242.

³¹ GIBBON, E. *Declínio e queda do Império Romano*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, pp. 117 e ss.

Foi Marx quem associou essas massas ao conceito mais preciso de classe, que é válido apenas para se pensar a sociedade civil burguesa (como esta era entendida no séc. XVIII) e elaborou, como uma potência possível a ser desenvolvida, um processo de formação da consciência revolucionária destas em oposição à perspectiva de Hegel. A classe em sua organização e ação revolucionária seria produto de um processo a ser constituído por ela mesma, mas jamais uma positividade inexorável. Um dos sentidos do marxismo enquanto teoria política é justamente a não aceitação deste destino passivo da tendência à formação de plebe [massas] na modernidade. Tendência esta que Marx pensou mais detidamente quando tratou do exército industrial de reserva, o qual confirma e aprofunda - numa outra perspectiva - a observação de Hegel. Em sua formulação a uma lei geral do processo de acumulação, Marx afirma:

“Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e a energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva do seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é desenvolvida pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza”.³²

Na atual situação histórica em que o capitalismo maduro tornou plenas “as potências da riqueza” e começa a inutilizar boa parte do proletariado, cuja existência não requer mais como força de trabalho, estas massas - que, portanto, apenas cabem no conceito de vendedores de força de trabalho como a única condição em que seria possível a sua existência numa sociedade produtora de mercadorias, mas que, de fato, não encontram mais as condições objetivas para existirem enquanto tal -, juntamente com o proletariado ainda empregado na valorização do Capital, precisam se constituir num sujeito de ação política de novo tipo. Na verdade, uma situação histórica desta ordem representa um eloquente sintoma da própria decadência da sociedade burguesa, ou melhor, da sua crise estrutural, uma vez que a acumulação de capital sem novos acréscimos de trabalho vivo é inviável. Este é o objetivo com o uso deste conceito de formação de massas em tempo de barbárie: o de pretender indicar as bases sociais para a constituição de um possível sujeito de um processo revolucionário no momento em que o capitalismo começa a desmoronar e a se tornar uma ameaça iminente para a existência da humanidade e do planeta, e em que uma parcela cada vez mais significativa da população seguirá existindo na condição de exército industrial de reserva (isto é, excedente, sobra), portanto, à margem do mundo do trabalho; e os coveiros “naturais” da sociedade burguesa encontram-se integrados e impotentes.³³ Este conceito é da mesma ordem daquele de classes subalternas de Gramsci³⁴ e pode até ser por

³² MARX, K. *O Capital*. Livro I, vol. 2; p. 209.

³³ “[...] a lei que mantém a superpopulação relativa ou exército industrial de reserva sempre em equilíbrio com o volume e a energia da acumulação prende o trabalhador mais firmemente ao capital do que as correntes de Hefáisto agrilhoaram Prometeu ao rochedo”. Idem, p. 210.

³⁴ “É hoje muito grande a variedade daqueles que são excluídos e marginalizados pela lógica do capital. Creio que Antonio Gramsci captou bem isso, já em seu tempo, quando criou a expressão classes ou grupos subalternos. Trata-se do conjunto dos segmentos sociais que não participam do poder e que tendem assim a se opor à permanência da lógica capitalista”. Cf. COUTINHO, C. N. *Jornal Brasil de Fato*, 4 a 10 de janeiro de 2007, p.5.

ele substituído, desde que não se perca o conteúdo do problema posto pela formulação aqui proposta.

A violência cotidiana, que mudou de qualidade nos anos 1990, e não por mero acaso, é uma cifra da desagregação dos laços sociais e da complexificação da construção de sujeitos coletivos para uma ação anticapitalista. A falência e desmonte de parte do aparelho de Estado, aquela responsável pelas funções sociais, e o enfraquecimento da política parlamentar, onde se faziam as mediações racionais do confronto entre as classes, reduzem o horizonte de ações que possam dar alguma satisfação às demandas dessas massas. Como não é possível o processo de convencimento que legitima o Estado sem se fazer concessões às massas, e não são mais possíveis grandes concessões nesta situação histórica, este quadro tende a se arrastar com contornos de indefinição não superáveis nos seus marcos institucionais. O ocaso do PT como um partido de vocação reformista e a burocratização do movimento sindical fazem parte deste processo. Se não existirem novas formas de organização social que possam dar um outro encaminhamento para a saída da crise, esta tende a se produzir como o declínio de toda a sociedade, até um ponto em que a própria saída será impossível³⁵.

A atual configuração do Estado é uma resposta da ordem burguesa a esta indefinição. As políticas de tolerância zero são a expressão tanto do novo véu ideológico que este assumiu, como da sua recente reestruturação. Esta nova configuração precisa atrofiar o potencial caráter político dos confrontos sociais – e que outrora se representavam por meio da força do dissenso -, arrancando-lhes a voz e ignorando-os como sintoma de uma sociedade em crise estrutural. Como consequência, hipertrofia esses confrontos ao tratar toda “desordem” social como um caso de polícia. A única racionalidade epistemologicamente válida na atual conjuntura, para a ideologia dominante, é a que reduz todo fenômeno social ao determinismo econômico. Desse modo, as funções do Estado vão se reduzindo a uma polícia a serviço das grandes corporações, justamente estas que inviabilizam qualquer possibilidade de continuidade da vida social, entre outras coisas, por assaltarem o fundo público para compensar seus lucros declinantes. Portanto, elas são os mais poderosos geradores destes confrontos ampliando-os em escala gigantesca. Como as corporações são validadas socialmente pela lógica econômica, o esmagamento do que se opõe ou ameaça a sua ação deve ser não só legal como também socialmente necessário e justificável.

Ao reduzir os conflitos a um problema penal, despolitizando-os, o Estado, como comitê de organização do domínio do grande capital, seleciona os agentes sociais conforme a sua irrelevância na reprodução das relações sociais, o que invariavelmente recai sobre as opressões étnicas (negros, árabes, índios), o local de moradia (pobres da periferia) ou as formas de atuação (movimentos sociais), imobilizando o potencial de oposição contra o sistema de todos esses agentes. Tudo o que confronta o livre curso da acumulação de capital nos tempos de sua crise estrutural é visto como um crime “contra a sociedade”. Nesta perspectiva, no mundo inteiro, o desenvolvimento de novas técnicas de repressão e os gastos com polícia têm crescido exponencialmente. Nos EUA, por exemplo, onde existem mais de 2 milhões de americanos presos, na sua maioria jovens negros, as ações

³⁵ Cf. MARX, K. e ENGELS, F. “Manifesto do partido comunista”, in: *Obras Escolhidas*, Tomo I. Lisboa: Edições Avante, 1982, pp. 106-7: “A história de toda sociedade até hoje é a história de luta de classes. [...] em suma, opressores e oprimidos, estiveram em constante antagonismo entre si, travaram uma luta ininterrupta, umas vezes oculta, aberta outras, uma luta que acabou sempre com uma transformação revolucionária de toda a sociedade ou com o declínio comum das classes em luta”.

das prisões privadas chegam a ser negociadas na bolsa de valores da nova economia (Nasdaq)³⁶.

No Brasil, o estado de desagregação está mais adiantado e é tratado de outra forma, mais afim com a nossa “tradição”³⁷. De 1978 a 2003 morreram por causas externas, isto é, por formas violentas – excluindo acidentes de trânsito - 550 mil pessoas. Em 1979 morreram 11.194, enquanto no triênio 1998-2000 a média anual chegava a 41.138 mortos. São índices de uma guerra civil. Deste total de mortes anuais, a imensa maioria são jovens de 15 a 25 anos e 52% são negros. Dos jovens negros que morrem nessa faixa de idade, 85,1% morrem por causas externas, ou seja, são vítimas da violência³⁸. Tudo indica que está em curso um genocídio que atinge principalmente a juventude, e, em especial, os jovens negros, exatamente aqueles que mais razões teriam para transformar esta sociedade.

Essa massa de jovens não está, na sua maioria, incorporada ao mercado de trabalho formal e legal³⁹. Para organizá-la seria necessário se aproximar das formas territoriais de convivência, onde se cruzam os mais distintos grupos sociais em suas diferentes funções profissionais. A tendência das formas de suas existências é de serem muito suscetíveis aos valores da sociedade burguesa, principalmente o consumismo, e de estarem bastante deprimidas socialmente, em decorrência do adiantado estado de barbárie. São em geral, individualmente, um pouco mais instruídos que a média da classe trabalhadora do período anterior, por terem mais anos de escolarização e possuírem mais informação, sem que isso signifique qualquer senso crítico maior. Essas características poderiam ser transformadas em precondições importantes para uma formação política massiva, pois representam um potencial social acumulado que contrasta com a crescente barbarização das relações sociais. A cidade, nesse sentido, ocupa o lugar de território da organização do sujeito coletivo que em outro momento coube a fábrica. Num país de segregação social como o Brasil, as massas sem trabalho, ou em relações de trabalho precarizadas, ou mesmo parte da classe trabalhadora formalizada, moram na periferia, em bairros pobres contíguos⁴⁰. Tais massas estão dispostas em extensos territórios, cuja posse e forma de moradia, na maioria dos casos, foram fruto (e depende) de relações de cooperação e solidariedade entre os vizinhos. Por mais brutas que pareçam e são as relações sociais e humanas em tempo de barbárie, este grau de cooperação é um limite obrigatório para a sobrevivência mais elementar das classes subalternas, o mesmo talvez não se possa dizer sobre as camadas médias e parte da classe trabalhadora incorporada no sistema, por estarem totalmente devotadas ao espírito individualista de competição do capitalismo tardio.

³⁶ Cf. WACQUANT, L. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos EUA*. Rio de Janeiro: Revan, 2001, p. 86.

³⁷ Sobre esta “particularidade nacional” ver BATISTA, V. M. *Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1998 e; *O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

³⁸ Cf. PAIXÃO, M.; CARVANO, L.M. et. all. “Contando Vencidos: diferenciais de esperança de vida e de anos de vida perdidos segundo os grupos de raça/cor e sexo na Brasil e grandes regiões”; in: *Saúde da população negra no Brasil*. Brasília: Funasa, 2005, pp. 49-189.

³⁹ Segundo dados da “Síntese dos indicadores sociais/2006”, do IBGE, o desemprego entre os jovens (18 a 24 anos) no Brasil cresceu no curso dos anos de neoliberalismo. Em 1995 girava em torno de 11%, e saltou em 2005 para 18%. Portanto, é o dobro da taxa média geral de desemprego; cf. *Jornal O Globo*, 21 de dezembro de 2006, pp. 34 e 35.

⁴⁰ Cf. MENEGAT, E., op. cit. Em especial “Sobre a formação dos sem propriedade na periferia do ocidente”, pp.175 e ss.

Pensar o território como espaço de organização da luta contra o capital, porém, é um grande desafio. Se tomarmos como exemplo as últimas ondas de confronto social na França veremos o quanto esta questão é complexa e exige, ao mesmo tempo em que inova, que se saiba incorporar a tradição, recriando-a num nível mais elevado. As explosões da periferia de Paris do final de 2005 mostraram uma revolta em estado bruto. Os traços de politização eram tênues e parecia mesmo que se tratava mais de uma ação reativa contra a polícia do que algo com intenções precisas, ancorado numa organização forte e num plano de ação consciente das causas do conflito e das formas de superá-lo. No entanto, o conjunto de razões que levaram os jovens imigrantes dos *banlieues* de Paris a se revoltarem⁴¹ são menos assimiláveis pelo sistema do que as reivindicações contra a Lei do Primeiro Emprego de 2006. No âmago desta revolta está o desemprego estrutural e as formas desiguais com que ele atinge as diferentes camadas sociais. Os jovens descendentes de imigrantes, que estudaram nas péssimas escolas da periferia de Paris, por causa da sua etnia (na maioria são oriundos das ex-colônias francesas do norte da África) são antecipadamente excluídos dos postos de trabalho existentes ou mais bem remunerados e, por isso mesmo, continuarão com a sua precária formação profissional⁴².

Curioso foi observar que as duas massas em movimento na história recente da França em momento algum se cruzaram. Ao contrário, foi comum justamente, nas diversas marchas contra a Lei do Primeiro Emprego, os organizadores tomarem precauções para impedirem os “arrastões” dos jovens da periferia, criando para isso cordões de isolamento e dificultando a participação destes. Tais ações talvez tenham sido taticamente necessárias, mas revelam o grau de afastamento entre estes dois grupos sociais. O movimento contra a Lei do Primeiro Emprego contava com a tradicional organização do movimento estudantil, que representa os filhos da classe média branca francesa, e com o apoio do movimento sindical, unidos na manutenção de direitos ainda remanescentes de um Estado de bem-estar social que não foi, no essencial, desmontado, mas que tampouco tem condições de ter seus serviços universalizados com qualidade para esta nova periferia, engordada nos últimos 30 anos como parte das transformações gerais do capitalismo. Certos setores mais radicais do movimento estudantil, depois de uma das grandes marchas deste ano sobre Paris, fizeram ao final uma homenagem a Comuna de 1871, procurando com este ato diminuir o excessivo peso de “bom mocismo” do movimento, que se expressou por recusas frequentes de qualquer comparação com outros movimentos revolucionários, como o Maio de 1968, e por qualquer alusão de crítica contra o sistema. A momentânea vitória desta luta, contudo, não abalou a estrutura da sociedade, assim como não representou qualquer solução dos problemas comuns que afetam tanto os seus participantes como os jovens descendentes de imigrantes da periferia. Apenas deixou claro que quando se trata de barganhar direitos, na atual configuração do capitalismo tardio, prevalecem os interesse particulares contra os universais. As massas da periferia estão deixadas a sua própria sorte para continuarem sendo o que são, na medida em que estão fora do mercado de trabalho formal e não têm

⁴¹ Estas revoltas não são propriamente uma novidade. Desde há muito tempo parte da sociedade francesa vive o que Stanley Cohen chamou de “pânico moral em relação aos *banlieues*”. Na década de 1990 impressionantes acontecimentos já haviam sacudido as periferias das cidades daquele país. Sobre este tema ver WACQUANT, L. *Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada*. Rio de Janeiro: Revan, 2001, pp. 111 e ss.

⁴² A taxa de desemprego na França gira em torno de 10%, mas na periferia chega a 40% entre os jovens, cf. entrevista de Arlette Laguiller ao Jornal *Folha de São Paulo*, 13 de novembro de 2005, A35.

nenhuma possibilidade de nele ingressar. Apenas uma volta vigorosa do espírito da Comuna de 1871 pode reverter esta tendência e unir em bases razoáveis os dois campos em movimento. Neste sentido, o caso francês não é isolado, tendo características mais ou menos comuns que podem servir de modelo a muitas outras sociedades.

A junção destas duas dinâmicas de movimento da sociedade contemporânea não pode se dar a partir de posições que estão em declínio e cuja radicalidade não é necessariamente a emancipação universal, isto é, a defesa de direitos para todos. Além desse aspecto é fundamental um terreno comum de organização, que não é o chão da fábrica, uma vez que o trabalho é cada vez mais “um direito” de poucos. Na experiência recente da América Latina, diversos movimentos sociais vêm articulando ações que combinam elementos típicos das lutas tradicionais da história do movimento da classe trabalhadora, com novas formas territoriais de organização da luta. Movimentos como os piqueteiros na Argentina, ao menos alguns de seus setores mais lúcidos, como é o caso do movimento de trabalhadores desempregados (MTD) de Quilmes/Solano⁴³, recriam antigas táticas de luta operária, como os piquetes, para, ao fechar estradas e ruas na cidade forçar o Estado a negociar suas reivindicações. Este movimento faz de sua base territorial um ponto fixo importante para construir alternativas ao desemprego que não sejam viver a ilusão da espera de que uma expansão da economia venha a trazer o emprego que a lógica da acumulação de capital na atualidade levou. Nestas alternativas o MTD de Solano organiza tanto a produção das necessidades sociais de centenas de famílias quanto à superação do domínio da produção de mercadorias. Ao exigir do Estado os recursos para a sobrevivência dos desempregados, o movimento dá a uma parte destes recursos um destino coletivo de reconstrução da sociabilidade para além do capital. Para além de bolsas famílias individuais, constituem um fundo comum de recursos do coletivo de famílias, que conjuntamente define o seu destino, conjugando a autoprodução das necessidades de consumo com novas formas de vida social, centradas na solidariedade e cooperação conscientes⁴⁴. Esta experiência isolada, sempre suscetível a ser esmagada, não difere, no entanto, em essência, de muitas práticas presentes na história do MST no Brasil, ou das Ligas das Juntas Vicinales de El Alto na Bolívia, ou mesmo dos Zapatistas (FZLN) no México. Os limites desses movimentos é a dificuldade para a sua generalização, seja nas grandes cidades, seja no campo e pequenas cidades, e a elaboração de uma concepção de enfrentamento contra o Estado que leve em consideração estas características de serem ao mesmo tempo instrumentos de confronto político e embriões de poder popular.

São experiências que têm em comum a politização dos movimentos sociais ao mesmo tempo em que realizam uma crítica às formas dominantes da política, tanto a criminalizadora da oposição, feita pelo Estado, como a de acomodação e incorporação dos partidos de esquerda a ordem vigente. A possibilidade de unidade de movimentos desse tipo com setores revolucionários do movimento operário, que ainda se pautem pela autogestão e a socialização da produção (conforme o espírito da Comuna de 1871) parece ser uma questão cada vez mais urgente para a formação de uma esquerda anticapitalista. Uma formação de massas com caráter anticapitalista em tempos como estes em que vivemos certamente não obedecerá às formas de outros períodos históricos. A diferença não

⁴³ Cf. MARRO, K. De luchas, movimientos y conquistas sociales: reflexiones a partir de la experiencia del MTD de Solano. Rosário: Universidad Nacional de Rosário, 2006.

⁴⁴ Idem, pp. 139 e ss.

é uma pueril divergência com as formas anteriores, mas a dificuldade que estas formas têm de englobar a dinâmica objetiva das sociedades contemporâneas. Nesse sentido, o debate do “instrumento revolucionário” precisa ser colocado na própria dialética do processo, em que as contribuições de períodos anteriores devem ser recriadas a partir dos desafios objetivos atuais. A crítica aos partidos, hoje generalizada por toda a sociedade, é parte de uma crítica as formas autocráticas do Estado burguês e sua crise de legitimação. A supressão desta forma de dominação precisa articular-se com o momento da sua realização negadora antecipada. Em outros termos, os partidos de esquerda no ocidente, tais como os conhecemos ao longo da história, tiveram uma grande dificuldade em realizar uma socialização da política que fosse além dos limites do Estado como instância inexorável de dominação de classe. Isso não apenas pelos bloqueios óbvios que as correlações de força e a lei impunham, mas também pela incapacidade de combinar a superação dessa sociedade, na ação cotidiana, com práticas e instrumentos que questionassem a sua estrutura. Este limite em certo momento se revelava como uma tensão entre a luta social concebida como um instrumento de pressão parlamentar para a conquista de direitos - absorvíveis no período de expansão do capitalismo pós IIª Guerra -, ou a luta social concebida como a criação de embriões de sociabilidade que confrontassem a lógica desta sociedade no seu todo.

A força hegemônica da burguesia nos países centrais, no período anterior, impôs uma camisa de força à luta social, que, num segundo momento, se revelou como a aceitação do limite de horizontes de uma esquerda cada vez mais social-democratizada. Esta situação demarcou os movimentos sociais como formas de lutas por direitos pactuados pelas instâncias do Estado - que era criticado apenas por seus limites constitucionais -, mas não como experiências de novos valores de sociabilidade que superassem as formas de existência do individualismo abstrato impostas com violência por essa estrutura social. Após os processos de confronto os indivíduos voltavam a sua condição anterior e eram tragados pela força do fetichismo da sociedade burguesa que reduz as relações sociais em relações entre coisas. Desse modo, não é nenhuma surpresa a cooptação dos movimentos sociais aos calendários eleitorais. Trata-se antes de uma percepção da sua “funcionalidade” nesta estrutura.

Na medida em que o capitalismo atual se caracteriza por ser uma força promotora da destruição, seja da natureza, seja da sociabilidade, uma esquerda social que pretende ser uma supressão desta sociedade, deve se pautar pela crítica desta funcionalidade, o que exige articular as lutas com novas formas de sociabilidade, promovendo a vida em comum em oposição ao individualismo burguês, sem com isso negar esta conquista histórica da cultura, que é a individualização. É nessa perspectiva que as polêmicas acerca das formas de organização e ação política, presentes na história da esquerda, precisam ser retomadas com o intuito de melhor interpretar as condições de possibilidade de uma ação anticapitalista nesta situação histórica. Caberia a uma esquerda social atualizar este debate, acrescentando-lhe as novidades desse tempo, assim como a sua necessária capacidade de inovação.

IV - O que se disputa na política?

A crise da sociedade burguesa revela-se também pela sua potencialidade de dar origem a uma outra forma de emancipação social muito superior a esta. O impressionante

crescimento da produtividade do trabalho somente terá um destino civilizatório se for socializado. Portanto, a barbárie é um resultado da incapacidade de se criar esta outra destinação das bases objetivas da produção social. A compreensão do sentido histórico do capitalismo não está mais posta na valoração positiva do desenvolvimento das forças produtivas e no progresso econômico entendidos como ampliação da capacidade de produção, mas, ao contrário, em como suprimir este seu mecanismo atávico de seguir se desenvolvendo a despeito dos desastrosos resultados sociais e ecológicos que cada vez mais se tornam evidentes. Este processo de desenvolvimento destrutivo adquire sua validação na esfera econômica e se impõe à política como um dado natural a se preservar, ou seja, a função desta não passaria muito desse limite.

Os fatos mais relevantes da política nos últimos anos na América Latina foram os expressivos graus de corrosão da legitimidade dos governos locais, com fortes repercussões sobre as estruturas institucionais que estes representam, e a eleição de partidos de centro-esquerda e esquerda para estes postos. Tal situação poderia assinalar para um desavisado que estaríamos em meio a um vigoroso processo de transformação social. Mas, infelizmente, não é este o caso. Apesar do mandato expresso pelos resultados das urnas revelar um sentimento de mudanças, a sua interpretação pelos partidos vencedores e as condições de possibilidade para sua realização são diversas. O caso do PT é bastante emblemático desta situação. A sua vitória não foi o resultado de um vigoroso acúmulo de forças no interior da sociedade, em que a realização de um programa de transformações radicais pudesse ser posto em andamento. Neste sentido, tais governos - e o do PT é farto em exemplos - ficam forçados a gerir a crise, ou a perecer em suas pretensões de continuidade de existência como máquinas de influência política. Alguns chamam isso de pragmatismo da ação, mas, na verdade, não passa de evidente insuficiência da análise acerca dos desafios desta situação histórica.

Os dirigentes mais lúcidos do PT não hesitam em definir esta situação como uma “possibilidade da barbárie” (cf. Tarso Genro). A problematização desse diagnóstico poderia se voltar à determinação da temporalidade, isto é, se há a possibilidade ou se já adentramos na barbárie, mas não seria este o debate mais clarificador. A caracterização do que poderia evitá-la ou minimizá-la é bem mais importante, pois revela o fundamento do qual se deriva esta definição. Numa entrevista, Tarso Genro apontava como o primeiro governo Lula poderia enfrentar este estado de coisas regressivo:

“Sem crescimento econômico não há possibilidade de ativar sujeitos sociais [...]. A estagnação só leva [...] à barbarização da sociedade. [...] Se o governo Lula não resolver, temos a possibilidade de ir para a barbárie. E ir para a barbárie no Brasil é muito pior do que ir para a barbárie na Colômbia. [...] Se não redirecionarmos a sociedade brasileira no sentido da retomada do processo de inclusão social [...] de abrigo da ampla maioria nos seus direitos [...] a maior possibilidade para o próximo período é a barbárie”.⁴⁵

A ênfase no “crescimento econômico” revela dois aspectos interessantes do pensamento petista. O primeiro é o sentido acrítico das possibilidades atuais de desenvolvimento, não apenas pela escassa criação de empregos, como também pela avassaladora destruição da

⁴⁵ Revista *Caros Amigos*, nº 81, dezembro 2003, p. 27.

natureza que dele resulta. Não é fortuito que o próprio pensamento dominante utiliza com frequência cada vez maior termos como desenvolvimento sustentável etc. Como o agro-negócio e a extração vegetal e mineral acabaram por se tornar, num quadro de desindustrialização, nos setores mais dinâmicos da economia brasileira, fica evidente a importância que eles adquiriram entre as prioridades políticas do governo Lula. Neste campo o PT não produziu qualquer novidade, apenas incrementou a lógica estrutural em andamento, que fortalece sobremaneira as formas predatórias de acumulação de capital na periferia. O segundo aspecto é imaginar que a violência destas formas de incremento do desenvolvimento econômico possa abrir espaço para “ativar os sujeitos sociais”.

A novidade do governo do PT é a gestão da crise social. De posse de diversas técnicas criadas no campo de gravitação de sua influência⁴⁶, com relativa repercussão sobre o que alguns intelectuais do partido têm chamado de “governabilidade social”, ele pôde minimizar a inércia da barbárie. Este programa de gestão da barbárie ganhou efetivamente uma forma compatível com as possibilidades de sua execução no quadro de regressão da sociedade brasileira. É ele que tem feito a diferença com o tucanato. Enquanto estes, literalmente, são “possuídos” por um liberalismo agressivo e pressionam para aprofundar o modelo de “dependência ilustrada” com a globalização e as grandes corporações multinacionais, acelerando a barbárie, o PT pretende congelá-la, usando como antídoto um pouco mais do que a produz, misturado com boas intenções “sociais”. É óbvio que há diferenças entre a política de ambos os partidos quando analisada na perspectiva imediata. Em médio prazo, porém, se está apenas criando as condições para o PSDB, ou algo pior, voltar ao poder, com um programa ultra-agressivo contra todas as formas de “governabilidade social”, já que estas desviam recursos que poderiam ser direcionados para os ganhos do grande capital⁴⁷.

A tática do PT de recompor as condições de direcionar, a partir das bases produtivas do grande capital, a crise da sociedade para uma configuração imediatamente anterior a crise, na qual os sujeitos sociais ainda podiam se confrontar numa situação de normalidade dos laços sociais, é não apenas uma impossibilidade lógica, como uma ilusão política que custará muito caro ao povo brasileiro. Não obstante isso, não podemos deixar de reconhecer

⁴⁶ As técnicas de gestão da barbárie produzidas ao longo da nossa experiência lenta e gradual de imersão neste estado, que deu ensejo a um respeitável laboratório tanto de diversidade de casos como de suas abrangências, no sentido de manter o essencial diante daquilo que desmorona, revelam como o pensamento social no Brasil se deslocou de posições críticas da nossa [de]formação nacional para ser mobilizado no estudo do controle social e da criação pragmática de soluções técnicas. Trocamos a crítica à estrutura e o empenho com a transformação do país pela produção de técnicas de minimização e contenção da pobreza. O resultado disso, em meio a nossa tragédia compartilhada pelo mundo, é que exportamos estas técnicas para 37 países; cf.: “Social ‘made in Brazil’ já está em 37 países”, *Jornal O Globo*, 8 de maio de 2005, p. 38; “Brasil já exporta sua tecnologia da miséria urbana”, *Jornal Folha de São Paulo*, 21 de maio de 2006, B16. As técnicas que constam na lista são: Pastoral da Criança, Comitê para Democratização da Informática [CDI], Bolsa Escola, Bolsa Família, AfroReggae (!), Fome Zero, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil [Peti], Projeto de Crédito Fundiário, Programa de Combate a Pobreza Rural e Cooperativas de Reciclagem de lixo [que no Brasil ocupam 500 mil catadores e movimentam R\$ 7 bilhões]. Restaria listarmos as técnicas repressivas e de genocídio sem comoção que com certeza logo serão modelo para exportação...

⁴⁷ Cf. *Jornal O Globo*, editorial de 6 de dezembro de 2006, p. 6, em que se lia o seguinte diagnóstico do apagão aéreo: “[...] nos últimos três anos, de R\$ 1,5 bilhão orçado para a segurança do tráfego aéreo, apenas R\$ 767 milhões foram efetivamente gastos. Como o viés do governo é assistencialista, nesse mesmo período o Bolsa Família chegou ao patamar dos R\$ 8 bilhões distribuídos por ano [...]”. E assim a ladainha continuava sem esquecer de incluir os aumentos reais de salário mínimo etc.

que o patrimônio que o PT representou para a história política da sociedade brasileira, com seus milhares de militantes, precisa ser recriado por uma esquerda social, incorporando imprescindivelmente parte desta militância num novo projeto de resistência e ação anticapitalista.

Uma esquerda social revolucionária deveria se constituir obrigatoriamente na organização de uma contra esfera pública, que adquira a forma de um poder popular para a autogestão das necessidades sociais de massas crescentemente jogadas para fora da esfera de valorização do capital. Esta esfera se configura como um contra-poder que precisa organizar o que Marx chamou de “índice das possibilidades produtivas do trabalho acumulado”, isto é, um esforço em realizar a socialização das potencialidades desenvolvidas pelas forças produtivas acumuladas, dirigindo-as para a satisfação das necessidades básicas comuns e o tempo livre. Este novo direcionamento da riqueza social, que implica novas formas de uso dos recursos naturais e produtivos, somente será realizável se o modo de vida burguês for submetido a uma crítica radical. Isto pressupõe questionar a necessidade de indústrias como a automobilística, a de armamentos, a tecnologia nuclear, a industrialização da manipulação genética para fins de produção em larga escala de alimentos etc. O socialismo, portanto, não pode ser entendido como o modo de vida burguês melhor distribuído, ou seja, para todos, como sonhou o velho desenvolvimentismo que, aliás, outra coisa não é do que o novo petismo. O socialismo ou será a supressão da sociedade produtora de mercadorias e dominada por fetiches, ou será mera continuidade do mesmo. O grande desafio para uma nova geração de esquerda, quando pensado a partir da afirmação de Marx, de que a humanidade somente se coloca problemas que pode resolver, deve ser posto em toda a sua amplitude, que neste momento histórico significa: ou lutamos pelo socialismo, ou a barbárie se tornará inexorável.